

A política ambiental está sob comando do Ministério da Agricultura

Em meio à pandemia do novo coronavírus e a prioridade das atenções do país ao combate à covid-19, uma mudança silenciosa e nefasta vem aprofundando seus contornos. A política ambiental do governo Bolsonaro está sendo moldada à imagem e semelhança dos interesses de grupos empresariais predatórios, tanto do ponto de vista ambiental quanto social. O núcleo formulador desse processo de aprisionamento da política e da gestão ambiental do país é o setor mais atrasado da agropecuária brasileira, formado por três frentes de ações simultâneas.

No governo, a partir das relações subalternas do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, à política agrícola e fundiária do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No parlamento, mediante o papel da bancada ruralista, hegemonicamente atrelada ao modelo agrícola do século passado. Por fim, na sociedade, pela intervenção rebaixada das organizações do agronegócio, notadamente a CNA, a SRB e a OCB, incapazes de assimilarem os princípios e práticas da sustentabilidade; por isso, também elas atreladas ao atraso.

No conjunto, esses agentes públicos e privados desejam solapar o marco institucional construído sobre o fundamento do artigo 225 da Constituição Federal - que estabeleceu de que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para poderem se apropriar na forma privada daquilo que é bem comum da sociedade, e também daquilo que é bem público - a exemplo de terras não destinadas, a biodiversidade e as florestas – investem contra o marco legal de proteção dos bens públicos e comunais, reduzindo direitos difusos e coletivos, fragilizando a tutela do Estado, desativando os mecanismos de comando e controle, criminalizando as lutas socioambientais e impondo uma gestão burocrática, autoritária, patrimonialista e clientelista do meio ambiente.

A recente medida do governo Bolsonaro de transferir o poder concedente de florestas públicas do MMA ao MAPA se enquadra nesse movimento privatista, pelo qual busca-se orientar a concessão florestal a uma abordagem meramente produtivista, em detrimento da sua finalidade original de ser uma via para a gestão florestal em bases sustentáveis.

Essa mesma lei criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com a função exclusiva de órgão gestor de florestas públicas, centralmente responsável pelo processo de concessões florestais no âmbito federal. Foi criado na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, exatamente porque sua função, assim com a finalidade das concessões florestais, está diretamente vinculada com a política ambiental, e não a uma política setorial desse ou daquele setor econômico.

A política ambiental é transversal, permeia o conjunto das demais políticas e tem por finalidade maior a manutenção e recuperação da capacidade produtiva dos ecossistemas, sem a qual nenhuma atividade humana pode se desenvolver.

Agora, com a medida adotada pelo governo Bolsonaro, essa lógica fica invertida na medida que as concessões florestais serão condicionadas às prioridades do órgão concedente, ou seja, ao MAPA. A própria lei de gestão de florestas públicas, em seu artigo 49, assegura esse mandato ao estabelecer que cabe ao poder concedente, no âmbito de sua competência, formular as estratégias, políticas, planos e programas para a gestão de florestas públicas.

Parece óbvio que o MAPA venha a exercer essa competência subordinando os princípios, critérios e normas formais da lei de gestão de florestas públicas às prioridades políticas da pasta, notadamente no que diz respeito às concessões florestais. Basta ver a investida comandada pelo Secretário Nabhan Garcia, sob o beneplácito da Ministra Teresa Cristina, para legalizar terras públicas griladas na Amazônia - cujo último lance foi a tentativa de aprovar a Medida Provisória 910 - para se ter uma ideia do destino das florestas públicas sob o comando do Ministério da Agricultura.

O argumento subjacente de que a medida está sendo adotada para superar entraves de ordem burocrática – pela separação e excesso de órgãos intervenientes no processo de concessão florestal - não passa de uma falácia, haja visto que foi o próprio governo Bolsonaro que transferiu, no início da sua gestão, o Serviço Florestal do MMA para o MAPA. Se algo sério deva ser feito, é o restabelecimento do SFB ao Ministério do Meio Ambiente, e não a transferência do poder concedente desse ao MAPA. Ao fazê-lo. O governo comete desvio de finalidade e fere o princípio da eficiência, cabendo medidas legais para anular esse ato.

Seria de se estranhar a conivência do Ministro de Meio Ambiente, Ricardo Salles, a este cerco, aprisionamento e esvaziamento da política ambiental, não soubéssemos que nada mais faz do que se prestar a esse propósito do governo Bolsonaro. Seja permitindo a liberação massiva de agrotóxicos, seja freando as ações de fiscalização - abrindo caminho para o desmatamento, queimadas e demais crimes ambientais, seja militarizando e rebaixando o papel do ICMBio, seja afrontando a lei de proteção da Mata Atlântica, ou permitindo que o MMA seja saqueado de suas atribuições e estruturas, como quando abriu mão da política sobre clima, entregou a Agência de Águas – ANA ao Ministério do Desenvolvimento Regional, depois o Serviço Florestal ao MAPA e agora o poder concedente de florestas públicas, além de outros integrismos de toda ordem.

Como não conseguiu simplesmente acabar com o Ministério do Meio Ambiente em um único ato, como era sua pretensão abertamente anunciada em campanha, gradativamente Bolsonaro está realizando esse desejo, desmontando dia-a-dia a estrutura e as atribuições do MMA. A última medida na área florestal faz com que parte importante da política ambiental fique formalmente a mercê das decisões do MAPA, dispensando o papel servicial do ministro Salles, uma figura que certamente será lembrado como persona non grata ao meio ambiente.

A única maneira de deter o desmonte das instituições ambientais conquistadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas, bem como do conjunto das instituições erigidas sob os fundamentos do Estado democrático de direito, é derrotando o governo Bolsonaro em todas as frentes de luta. No campo socioambiental, a tarefa imediata é ampliar ainda mais a resistência à subordinação da política ambiental aos desmandos e ilegalidades desse governo, porém, avançando numa perspectiva de recolocar no debate público a agenda de transição ecológica – que deverá estar na base de um projeto político de desenvolvimento aglutinador das forças democráticas da sociedade brasileira.

PL que suspende privatizações é importante, mas não exclui riscos futuros

Uma enquête realizada pela Câmara dos Deputados sobre o PL 2715/20, que prevê suspensão de privatizações por um ano após fim da calamidade pública provocada pela Covid-19, mostra que o projeto conta com 92% de apoio. A Condsef/Fenadsef avalia que a proposta apresentada pelos deputados Enio Verri (PT-PR), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Joenia Wapichana (Rede-RR) é importante e que deve haver pressão para que seja aprovada, mas ela sozinha não exclui riscos futuros. Isso porque o projeto de "privatizar tudo" do governo Bolsonaro segue ameaçando o Estado brasileiro e a capacidade de reação do Brasil à crise que vem se intensificando e que é anterior à pandemia provocada pelo novo coronavírus.

Os ataques sistemáticos a servidores e serviços públicos provam que a vigilância e luta devem guiar aqueles que defendem um modelo de Estado brasileiro capaz de garantir os direitos assegurados por nossa Constituição. Frear esse processo que tem se acelerado é urgente, e por isso, o PL 2715 representa um avanço. O ministro Paulo Guedes tem sinalizado a todo momento sua intenção de acelerar as políticas ultraneoliberais que empurram toda a conta da crise da Covid-19 para a classe trabalhadora.

Em uma de suas sucessivas frases polêmicas, Guedes disse em reunião citada pelo ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, durante depoimento que era preciso "vender logo a porra do Banco do Brasil". "O que estamos vendo é a tentativa de usar a pandemia para acelerar um projeto que aniquila direitos trabalhistas, ataca servidores, serviços públicos e destrói o Estado brasileiro", analisa Sérgio Ronaldo da Silva. "Nossa luta não pode dar trégua a esses que querem transferir dinheiro público para garantir lucro e riquezas a meia dúzia de representantes do sistema financeiro", pontuou.

Impeachment e resistência

O realinhamento de forças na sociedade tem provocado movimentos de resistência a esse modelo predatório que vem levando milhares de brasileiros a sofrer danos sucessivos. O governo, chancelado pela maioria do Congresso Nacional, tem imposto derrotas sucessivas à classe trabalhadora retirando direitos e criando um território fértil para que ainda mais ataques aconteçam.

Como resposta a esse cenário, nessa quinta-feira, 21, o maior pedido de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro foi protocolado na Câmara dos Deputados. Mais de 400 entidades, incluindo a Condsef/Fenadsef, movimentos sociais, juristas e partidos políticos se juntaram para apresentar o pedido que fica aguardando análise do presidente Rodrigo Maia. "Esse não é mais um pedido de impeachment. É o maior", disse Guilherme Boulos durante a atividade que aconteceu ontem, em Brasília, para marcar o protocolo.

A resistência tem sido ampliada com atos simbólicos que acontecem desde o último dia 10 de maio, quando um grupo de enfermeiras e enfermeiros realizaram protesto na Praça dos Três Poderes e foram atacados por apoiadores de Bolsonaro. De lá pra cá outros protestos já foram realizados, incluindo ato promovido pelo Sindsep-DF em frente ao Palácio do Planalto. As atividades seguem critérios recomendados pelas autoridades em saúde pública, sem gerar aglomeração e com uso de máscaras.

Na próxima quarta, 27, ampliando a tendência dessas atividades, servidores vão promover um Dia Nacional de Luta. A atividade integra ações defendidas pelo Fonasefe, fórum que reúne o conjunto de servidores federais das Três Esferas. Em todo Brasil, atos vão cobrar a defesa da vida, mais serviços públicos e o fim do governo Bolsonaro.

Centrais sindicais – Defender a democracia, deter o golpismo do governo Bolsonaro

As centrais sindicais vêm a público para manifestar indignação contra "mais um atentado contra a democracia e os direitos do povo brasileiro". As entidades destacam que "na democracia, nenhum cidadão está acima da lei, nem mesmo o presidente da República". Veja a nota:

"Nesta sexta-feira (22/5) o país assistiu a mais um atentado contra a democracia , desta vez vindo do General Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, que declara que a entrega do celular do Presidente da República para ser periciado pela policia poderia "ter consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional."

O que causou a ira golpista do general foi uma decisão do ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal que notificou o Procurador Geral da União para que o Presidente Jair Bolsonaro entregue seu celular para ser periciado pela policia no curso de uma investigação aberta no STF.

Ao invés de cumprir a lei e respeitar a decisão do ministro do Supremo, o ministro Heleno faz um chamado ao descumprimento da ordem judicial, o que é um crime previsto na legislação penal.

A nota distribuída pelo general é um chamado ao descumprimento de uma ordem judicial pela mais alta autoridade do país, o Presidente da República. O manifesto do ministro é um apelo a quebra da ordem constitucional, um golpe contra a democracia.

Na democracia nenhum cidadão está acima da lei, nem mesmo o presidente da República.

Os trabalhadores brasileiros condenam a posição golpista do general Heleno e conclamam todas as forças democráticas do país a cerrarem fileiras em defesa da democracia e da Constituição, isolando e impedindo a continuidade da escalada golpista." #ForaBolsonaro

EM DEFESA DA VIDA, MAIS SERVIÇOS PÚBLICOS

- **Mais e melhores serviços públicos!**
- **Ampliação dos serviços públicos!**
- **Expansão e melhorias no SUS!**
- **Não ao congelamento salarial!**
- **Fim da burocracia para o auxílio emergencial aos desempregados e informais!**
- **A vida em primeiro lugar: pela manutenção do teletrabalho!**
- **Em defesa das Empresas Públicas!**
- **Revogação da EC 95/16 (Teto dos Gastos)!**
- **Nenhum Direito a Menos!**
- **Fora Bolsonaro, Fica Serviço Público.!**

FIM DO GOVERNO BOLSONARO

SINDSEP-MG

CONDSEP - PENADSEP CUT

27 DE MAIO: DIA NACIONAL DE LUTA